

# A fazenda Campos Novos (RJ) e a luta pela terra no século XX: conflitos e memória<sup>1</sup>

**Franciele Aparecida Felipe Profeta**

*Graduanda em História*

*Universidade Federal de Ouro Preto*

[francieleprofeta1@gmail.com](mailto:francieleprofeta1@gmail.com)

<https://orcid.org/0009-0001-7395-3991>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo investigar a história da Fazenda Campos Novos, localizada no Rio de Janeiro, para compreender como as ações cotidianas contribuíram para a luta pela terra no Brasil durante a Ditadura Militar. A pesquisa destaca a importância da memória, do sindicato e das mobilizações dos trabalhadores rurais. A metodologia adotada envolveu análise de arquivos, incluindo a Hemeroteca Digital, o Arquivo Nacional – SIAN e o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC/CPT), além da leitura de artigos e da análise de reportagens e documentários da época. Os resultados indicam que as ações de persistência e a valorização da memória são fundamentais para a continuidade das lutas por direitos agrários.

**Palavras-Chave:** Reforma Agrária; Conflitos pela Terra; Ditadura Militar; Fazenda Campos Novos, Brasil; Século XX.

---

<sup>1</sup>Trabalho resultante de financiamento de pesquisa pelo programa/edital PIP/UFOP-1S-2024-25-DEHIS da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP.

# Campos Novos Estate (Rio de Janeiro) and the Brazilian Struggle for Land in the Twentieth Century: Conflicts and Memory

**Franciele Aparecida Felipe Profeta**

*Graduanda em História*

*Universidade Federal de Ouro Preto*

[francieleprofeta1@gmail.com](mailto:francieleprofeta1@gmail.com)

<https://orcid.org/0009-0001-7395-3991>

**Abstract:** This paper aims to investigate the history of Campos Novos Estate, located in Rio de Janeiro, in order to understand how everyday practices contributed to the struggle for land in Brazil during the Military Dictatorship. The research highlights the importance of memory, the role of unions, and rural workers' mobilisations. The methodology involved the examination of archives, including the Digital Newspaper Library of Brazilian National Library, the Brazilian National Archive (SIAN), and the Dom Tomás Balduino Documentation Centre (CEDOC/CPT), as well as a review of academic articles, news reports, and documentaries from the period. The results demonstrate that acts of persistence and the valorisation of collective memory are fundamental to the continuity of struggles for agrarian rights.

**Keywords:** Agrarian Reform; Land Conflicts; Military Dictatorship; Campos Novos Estate; Brazil; 20th Century.

## Introdução

No século XX, a concentração de terras e a industrialização alteraram a vida dos trabalhadores rurais no Brasil. Durante o governo de Getúlio Vargas, começaram a ser discutidas melhores condições de trabalho, conforme em Clifford Welch (2016, p. 84, p. 89). Com João Goulart, a reforma agrária ganhou relevância, centralizando o debate político e buscando democratizar a terra e assegurar direitos aos trabalhadores rurais. Goulart implementou políticas para redistribuir terras improdutivas e melhorar as condições de vida no campo, fomentando a produção agrícola e a colaboração com sindicatos e movimentos sociais, além de abordar as desigualdades sociais para reduzir a pobreza no campo.

Segundo Marcus Dezemone (2016, p. 133), o debate sobre a reforma agrária está intrinsecamente ligado ao golpe de 1964. O governo Goulart promoveu medidas progressistas, enfatizando a ajuda aos pobres, especialmente por meio da desapropriação de terras, e abordava os problemas do êxodo rural e suas consequências. Entretanto, à medida que esse discurso se ampliava, seus opositores também atuavam, argumentando que a reforma agrária implicaria na perda de propriedades. A elite latifundiária, temendo o comunismo após a Revolução Cubana, aliou-se aos Estados Unidos para apoiar o golpe militar, o que resultou em retrocessos sociais e marginalização dos trabalhadores. Durante a ditadura, defensores da reforma agrária enfrentaram perseguições e violência, com trabalhadores rurais que sustentavam essa bandeira sofrendo severas represálias.

A modernização do campo e a continuidade da acumulação de terras resultaram em diversas consequências para a população rural. Muitos trabalhadores rurais sem-terra migraram para as grandes cidades em busca de melhores condições de vida, enquanto outros permaneceram no campo, todos buscando melhores condições de vida e trabalho. Segundo Leonilde Medeiros (2007, p. 239) nas décadas de 1950 e 1960 houve uma mudança na forma como os trabalhadores rurais se viam e a seus direitos. Para Regina Novaes (1997, p. 55), a introdução do termo “camponês” no vocabulário político brasileiro unificou diversas profissões rurais, refletindo condições de atraso e péssimas condições de vida e trabalho que os caracterizavam no contexto rural brasileiro.

Conflitos por terra surgiram em todo o Brasil, levando à criação de movimentos, sindicatos e associações. Nesse contexto, o projeto “Terras Marcadas: continuidades e

descontinuidades na luta pela Terra no Brasil”, da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, teve como objetivo continuar a investigar a persistência dessas lutas, associando-as à atuação de organizações e às tradições das comunidades. Em pesquisa anterior, o orientador do projeto, professor Dr. Arnaldo José Zangelmi, estudou focos de conflito em Minas Gerais que resultaram nos seguintes artigos: “Terras marcadas: continuidades e descontinuidades na luta pela terra em Minas Gerais”, publicado pela revista *Topoi* (Zangelmi, 2022) e “Convergências, divergências e confrontos na luta pela terra: o processo de ocupações no Nordeste Mineiro (1985-1997)”, publicado no periódico *Tempos Históricos* (Zangelmi, 2017).

A pesquisa atual abrangeu a questão agrária no Brasil antes, durante e após a Ditadura Militar (1964-1985), considerando aspectos políticos e culturais que influenciaram as lutas. A pesquisa utilizou arquivos digitais, como a Hemeroteca Digital Brasileira, o Arquivo Nacional – SIAN e o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC/CPT), para localizar fazendas no Sudeste com conflitos que persistiram entre as décadas de 1960 e 1980. Inicialmente focada em Minas Gerais, a pesquisa se voltou para o Rio de Janeiro, onde se destacou a Fazenda Campos Novos, documentada em várias reportagens e um documentário dos anos 1980, permitindo compreender melhor os eventos relacionados ao conflito.

A metodologia da Micro-História foi utilizada para realizar uma análise detalhada do contexto local ao longo das décadas, focando nas especificidades e práticas sociais e culturais. A análise de documentos e relatos permitiu entender como indivíduos e sociedades enfrentam suas realidades, explorando as complexidades de contextos históricos. A investigação indutiva foi aplicada para interpretar os conflitos e as interações entre os diferentes atores, utilizando jornais, panfletos, áudios e vídeos para mapear a evolução do conflito, identificar períodos de maior violência e o surgimento de novos participantes.

Além disso, a história oral foi empregada através de uma entrevista com Francisco Lan<sup>2</sup>, filho do líder sindical Sebastião Lan. Essa entrevista resgatou memórias e perspectivas que não estavam disponíveis em artigos. Sebastião, que migrou do Espírito

---

<sup>2</sup> Entrevista com líder sindical Francisco Lan, Brasil, 3 set. 2024.

Santo para Cabo Frio e se tornou presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, morreu nos anos 1980 lutando por melhores condições de vida. A entrevista buscou compreender as ações cotidianas e as experiências comunitárias que contribuíram para a luta dos trabalhadores rurais.

## O começo da disputa

A Fazenda Campos Novos, situada em Cabo Frio e São Pedro da Aldeia (RJ), foi pertencente à Companhia de Jesus até sua expulsão em 1759, tornando-se depois parte dos bens da Coroa. Durante o período colonial, a fazenda se destacou como produtora agrícola. Com a proibição do tráfico negreiro pela Lei Eusébio de Queirós, em 1850, passou a ser um ponto de apoio para o tráfico ilegal de escravizados (Arruti, Tosta & Rios, 2002, p. 12-13). Após a abolição da escravidão em 1888, muitos ex-escravizados permaneceram na fazenda, trocando trabalho por moradia e alimentação.

No século XX, Eugênio Arnoud adquiriu a fazenda, permitindo a presença dos ex-escravizados com trabalho remunerado, alguns dos quais alcançaram certa autonomia. Essa ocupação pacífica terminou na década de 1940, quando Antônio Paterno, o “Marquês”, comprou a fazenda. Na época, além de descendentes de escravizados, desempregados de outras regiões começaram a ocupar a Fazenda Campos Novos, atraídos pelo seu abandono e pela ausência de representantes dos proprietários conforme em relatório de organização de Sérgio Sauer (Sauer *et al*, 2015, p. 421). O governo do Rio investiu em infraestrutura na Região dos Lagos, valorizando as terras e atraindo grileiros, o que gerou conflitos contínuos por terra, com aumento da violência, expulsões, disputas entre trabalhadores e grileiros, assassinatos e fome ao longo do século XX.

Sob o comando do “Marquês”, a Fazenda Campos Novos começou a registrar casos de expulsões ilegais e perseguições na década de 1950. Em 1955 o jornal *Imprensa Popular* noticiou que um colono adoecido foi expulso da fazenda com seus filhos, e que a casa de um camponês foi roubada e incendiada a mando do fazendeiro<sup>3</sup>. No ano anterior, *O Fluminense* destacou que colonos estavam sendo expulsos ilegalmente para que

---

<sup>3</sup> “Cartas dos leitores”. *Imprensa Popular*, 24 mar. 1955, p. 6.

empresários pudessem vender os lotes onde eles viviam<sup>4</sup>, o que foi confirmado por anúncios em jornais, incluindo o *Jornal do Brasil* em edição de 1957<sup>5</sup>. Durante esse período, alguns jornais ofereceram espaços para que a população denunciasse abusos, permitindo que lavradores expusessem problemas como baixos salários, despejos irregulares e expulsões por motivos de saúde. Abaixo está um trecho da edição de 11 de novembro de 1954 do jornal *Imprensa Popular*:

O Sr. João Caetano, camponês, tem mais de 23 anos de serviço na Fazenda Campos Novos, propriedade de Antônio Paterno Castello, vulgo Marques. Mora com o filho de 16 anos naquele 2º distrito de Cabo Frio. Ambos recebem 500 cruzeiros mensais. João Caetano adoeceu. Dias depois era expulso juntamente com seu filho. Alegou o patrão que “lugar de doente é no hospital”. Posto fora da terra, foi obrigado a pedir agasalho em casa de pessoas amigas. Os filhos menores de João foram surrados no momento da expulsão.

– Se voltarem a surra será maior, disse o canalha.

Quatro meses depois falecia o camponês em virtude da falta de recursos em que vivia.

Os filhos e a companheira do camponês Caetano estão vivendo ao léu, desamparados, só Deus dará...<sup>6</sup>

Na primeira metade do século XX, os governos de Getúlio Vargas e João Goulart se concentraram nas questões agrárias, mas a concentração fundiária permaneceu, com grandes extensões de terras nas mãos de poucos. Durante o governo de Goulart, foram buscadas reformas estruturais para reduzir desigualdades no campo, como a criação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, que visava garantir direitos trabalhistas. No entanto, esses esforços foram frustrados pelo golpe militar de 1964, que interrompeu seu mandato e reverteu muitas de suas políticas.

---

<sup>4</sup> “Assembléia Legislativa - Comunicações: - Despejo”, *O Fluminense*, 21 abr. 1954, p. 6.

<sup>5</sup> “Atenção: - Senhores oficiais - Sargentos e Praças e ao povo em geral”, *Jornal do Brasil*, 31 mar. 1957, p. 89.

<sup>6</sup> “Caixa Postal dos Trabalhadores”. *Imprensa Popular*, 11 nov. 1954, p. 6.

## Os anos mais violentos

A Fazenda foi adquirida por outros proprietários, Jamil Cury Mizziara e Cesário Cury em 1961, de acordo com Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade de 2016 (Sauer *et al*, 2015), porém a posse era contestada pelos posseiros, gerando assim inúmeros atritos. Sob a posse de Jamil, os lavradores enfrentaram os anos mais violentos, já que ocorreu a destruição de plantações e assassinatos. A procura pelos jornais se intensificou, porque a violência também, assim como a divulgação de informações falsas, para prejudicá-los, de que os alimentos produzidos pelos posseiros eram de baixa qualidade. Foi noticiado que falsos fazendeiros estavam expulsando os trabalhadores rurais da fazenda, empregando o terror com a presença de soldados e fazendo-os ficar com a sensação de incerteza.

Durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), os grileiros e supostos proprietários da Fazenda Campos Novos, em vários momentos, tiveram ajuda das autoridades policiais. Enquanto isso, os posseiros, muitas vezes, não eram assistidos por órgãos que cuidavam de assuntos agrários como o INCRA.

Em 1972, muitas famílias foram para a região mediante contrato com os fazendeiros para retirada de lenha e por lá ficaram, aumentando assim o número de pessoas no conflito. Na entrevista em que concedeu, Francisco Lan falou sobre isso:

Então o pessoal cortava as matas, derrubava as matas para fazer plantação, pasto, laranja. E para Campos Novos, foram nesse sentido também. Tirava a lenha, fazia o carvão, plantava capim, fazia o pasto. Veio muita gente nesse período, meu pai, minha mãe, meu avô. Vieram nesse período.<sup>7</sup>

Nos anos 1970, o INCRA tentou fazer um acordo com os fazendeiros para a venda de terras a preços mais acessíveis, mas Jamil queria valores exorbitantes. Dessa forma, o órgão achava que a Justiça e a Polícia deveriam resolver o conflito e ele, o INCRA, só em caso de elevada tensão. Essa postura foi bastante criticada, já que havia um longo histórico de violência com um assassinato. Além disso, em jornal da época, o fazendeiro Jamil

---

<sup>7</sup> Entrevista com líder sindical Francisco Lan, Brasil, 3 set. 2024.

mencionou que mantinha 16 homens para evitar invasões, o que demonstrava que havia sim uma elevada tensão no território.

Em 1973, segundo o jornal *O Fluminense*<sup>8</sup>, houve o misterioso assassinato do lavrador Manoel Mangureira, depois de ele ter se recusado a deixar sua casa inúmeras vezes e resistido a entrada de um trator em suas terras. Esse caso fez com que o terror se difundisse mais uma vez, assim como o medo por represálias e a indignação. O suspeito era o fazendeiro Jamil, mas não foram encontradas notícias falando sobre o desenvolvimento do caso e ele também não foi preso.

Nesse caso, os lavradores mencionaram que a posse era garantida por lei pela Ação de Manutenção da Terra coletiva de nº 7046. Para que não corressem riscos, começaram a fazer petições de ação de manutenção de posse em caráter individual. Isso se deu também, porque eles indicaram que os fazendeiros estavam enviando um homem que trabalhava para eles ir onde moravam, vestido de funcionário do DOPS, outras vezes como representante do INCRA entre outros personagens com objetivo de tirá-los de lá.

Em 1978, o *Jornal do Brasil*<sup>9</sup> reportou novos atos de violência contra posseiros, destacando a negligência do Estado. Um agricultor foi baleado por Zé Florzinha, e o delegado se recusou a investigar. Para justificar sua ausência, ele disse que os posseiros eram comunistas e agitadores e que iria no local só armado até os dentes e que a solução para o conflito seria que uma bomba de um avião americano caísse na Fazenda Campos Novos. Ele também mencionou que não havia sido tentativa de assassinato, mas uma agressão física e a ocorrência foi registrada dessa forma. A região já tinha histórico de violência, com jagunços agindo com apoio da polícia contra os posseiros.

Outro caso que sensibilizou a comunidade exterior foi a proibição feita pelos fazendeiros aos lavradores de terem acesso ao cemitério na fazenda. Era Dia de Finados em 1979 e o caso repercutiu na cidade, pois as pessoas acharam o ato desumano.

---

<sup>8</sup> “Violência já fez primeira vítima em Cabo Frio: Lavrador Morre Para Não Deixar Terra”. *O Fluminense*, 28 jun. 1973, p. 1. “Violências contra lavradores da região dos lagos continuam”. *O Fluminense*, 28 jun. 1973, p. 7.

<sup>9</sup> “Briga por terra em Cabo Frio tem mais um posseiro ferido”. *Jornal do Brasil*, 5 mar. 1978, p. 23.

Segundo o Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade de 2016 (Sauer *et al*, 2015, p. 425), os posseiros eram rotulados como comunistas devido ao seu contato com pessoas ligadas a esse ideário, o que levou ao fechamento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região durante a Ditadura Militar. Para contornar a censura, os trabalhadores buscaram espaços de fala, por meio de denúncias a jornais e visitas às redações para expor sua versão dos fatos. Francisco Lan comentou sobre o impacto da ditadura na luta rural, destacando tanto o fechamento quanto a reabertura do sindicato, além de compartilhar a história de seus pais e o envolvimento de Sebastião Lan com o movimento sindical rural:

Meu pai é capixaba, do Espírito Santo, e minha mãe é daqui do estado do Rio de Janeiro. Eles vieram para Campos Novos em 74, final de 73 para 74. Meu pai veio do Espírito Santo para Rio Bonito para trabalhar na desmatção da época. Então o pessoal cortava as matas, derrubava as matas para fazer plantação, pasto, laranja. E para Campos Novos, foram nesse sentido também. Tirava a lenha, fazia o carvão, plantava capim, fazia o pasto. Veio muita gente nesse período, meu pai, minha mãe, meu avô. Vieram nesse período.

[...]

Então, o meu pai ele veio... Aí nessa vinda para trabalhar. Ele e o pessoal desmatava e plantava. Aí o fazendeiro começou a botar boi e nem fazia parte. Foi comprando boi e colocando boi em cima. E aí, é, não tinha ninguém para defender, não existia ninguém para fazer a defesa dos trabalhadores. Então papai viu a necessidade de juntar com os trabalhadores e procurar o sindicato.

[...]

Só que, como a Fazenda Campos Novos pertence a Cabo Frio, o sindicato tinha sido fechado pela Ditadura Militar e então não existia o sindicato. Então ele vai para São Pedro de Aldeia, que é um município vizinho, vizinho mesmo. Inclusive a Fazenda Campos Novos ia até a divisa lá. Então acaba indo, atuando no sindicato de São Pedro de Aldeia. É, e entra para direção do sindicato e depois vira até presidente do sindicato de São Pedro de Aldeia no final dos anos 1970 até os anos 1980, 1982. É, 1982, ele fica na presidência do sindicato de São Pedro de Aldeia [...]. Ele teve a necessidade de ir pro sindicato e cobrar isso e virou presidente do sindicato de São Pedro de Aldeia. Em 1985, ele sai de São Pedro de Aldeia e aí começa, junto com a Federação, a FETAG na época, começa a organizar, reorganizar o sindicato de Cabo Frio e aí cria a Comissão Provisória. Essa comissão vai... é em torno de 1984 até 1985. Tem eleição e meu pai vira presidente do sindicato. Então, aí ele se torna presidente de Cabo Frio e aí vem a luta pela

desapropriação da Fazenda Campos Novos. Aí desapropria uma parte e uma parte fica sem desapropriar.<sup>10</sup>

A luta pela desapropriação ocorreu em um contexto marcado por perseguições, expulsões, destruição das plantações e mortes. Muitos trabalhadores rurais decidiram permanecer nas terras ocupadas devido ao desemprego e à falta de condições dignas de moradia. A vida rural era, para a maioria, o único conhecimento que possuíam. Como relatou um trabalhador rural no documentário de Milton Alencar Jr. (1988), ele se estabeleceu na região décadas atrás porque “não tinha nada para comer”, e encontrou ali a possibilidade de plantar alimentos, o que lhe permitiu melhorar sua condição de vida ao montar uma pequena feira.

Para manter suas plantações, os agricultores precisaram ficar em constante vigilância contra os grileiros, que empregavam jagunços para proteger suas terras. Esses homens frequentemente destruíam cercas e soltavam gado nas plantações, causando danos e alimentando um forte sentimento de injustiça, pois as roças eram a única fonte de alimento para mais de 200 famílias.

Para a maioria deles, as áreas de terras em constante conflito da Fazenda Campos Novos eram as únicas alternativas disponíveis, então eles tinham que ser resilientes e continuar esperando que a situação melhorasse. Vale ressaltar que, somado à situação de pobreza, muitos dos ocupantes iniciais, segundo Gessiane Nazario (2022, p. 2) como ex-escravizados e colonos, já tinham uma relação com a terra há mais tempo devido a escravidão, com a memória de sua origem relacionada à recordação dos que ali viveram, seus antepassados, mesmo que houvesse um contínuo processo de fragmentação de seu território e ameaças. Dessa forma, a terra da fazenda envolvia a noção de pertencimento para essas pessoas, o que envolve os laços/ vínculos com a terra, que se torna mais do que um local de trabalho onde vão cultivar, mas também onde eles construíram suas vidas, criaram suas famílias e têm suas raízes culturais, sendo o local onde nasceram.

Muitas vezes, em diversas áreas, as pessoas enfrentavam a falta de recursos básicos para sobreviver. A mudança de local envolvia questões econômicas e sociais, assim, muitos escolheram permanecer na terra, lutando por direitos fundamentais, como acesso à terra

---

<sup>10</sup> Entrevista com Líder sindical Francisco Lan, Brasil, 3 set. 2024.

para cultivo e moradia digna, mesmo com recursos limitados e ferramentas simples, conforme mostrado no documentário de Milton Alencar Jr., de 1988.

Ainda assim, quando a plantação era destruída, muitos passavam fome, já que não tinham alimentos para comer ou vender. Por isso, era preciso contar com a solidariedade dos companheiros para enfrentar tempos difíceis como os de luto e perdas e se manter na luta. Era necessário, então, ajudar com alimentos no caso de falta deles e com abrigo quando as casas eram destruídas ou quando eram expulsos.

Com o avançar dos anos, mais casos de violência foram divulgados e a inércia das autoridades também passou a ser criticada. A demora em resolver o conflito quando era mais recente fez com que o conflito se agravasse. Havia o pedido de levantamento da área da Fazenda Campos Novos, pois metade dela estava ocupada por posseiros ali radicados e a outra pelo proprietário da fazenda – demonstrando que o histórico era longo. Esse pedido foi feito, segundo a notícia, por medo de que conflitos grandes acontecessem, já que menores, entre lavradores e empregados da fazenda, estavam ocorrendo. Em outra reportagem do mesmo ano, esses conflitos são descritos. Os lavradores explicam que vivem nas terras há 30 anos e que homens armados estão derrubando suas casas na tentativa de expulsá-los.

Durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, surgiram estratégias de mobilização voltadas para questões agrárias, envolvendo órgãos como o INCRA e instituições de segurança, como a polícia. Com a ineficácia dessas entidades em resolver as demandas, novas abordagens foram adotadas no final dos anos 1970 e 1980, incluindo a formação de agremiações, associações de bairro e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio em 1978. Além disso, houve uma contínua busca por veículos de informação e por líderes políticos para levar essas questões às autoridades, que se tornaram as principais formas de articulação.

No final da década de 1970, Sebastião Lan, presidente do recém-formado sindicato, denunciou em um jornal as ameaças de Zé Florzinha e a presença de jagunços e da UDR. Os posseiros expressaram sua desconfiança em relação à polícia, afirmando que, caso Zé Florzinha fosse baleado, haveria uma resposta policial significativa, mas com eles, nada acontecia. Um posseiro mencionou no *Jornal do Brasil*, em sua edição de 28 de março de

1978, que “o que os fazia ficar ali não era a valentia, mas sim a fome”<sup>11</sup>, pois só possuíam aquele local para plantar e viver, mesmo em condições precárias.

A aliança com os posseiros se tornou uma estratégia política, com muitos políticos se vinculando à causa para angariar apoio e os que não o faziam corriam o risco de perder votos. Personalidades religiosas também eram criticadas se não apoiavam as manifestações. Essa omissão e impunidade geraram a busca por justiça por parte dos trabalhadores rurais, que demonstraram consciência sobre seus direitos desde a década de 1960, o que contribuiu para sua permanência na área de conflito.

Essa luta teve uma grande conquista nos anos 1980, o sindicalista Sebastião Lan e todos os trabalhadores rurais que lutaram, conseguiram a desapropriação da fazenda. O sindicalista fez denúncias à CPI da Terra sobre a violência na Fazenda Campos Novos. No entanto, em 1988, quando ele iria à Brasília levar documentos que comprovariam as denúncias, ele foi baleado diversas vezes quando esperava o ônibus, tendo sua pasta furtada. Após ficar em coma, ele faleceu deixando sua esposa e seus nove filhos. Esse caso, inclusive, foi trazido no relatório de conflitos no campo pelo Brasil de 1989 da CPT.

Uma entrevista foi realizada com Francisco Lan, filho do líder sindicalista Sebastião Lan, que foi assassinado nos anos 1980 devido à violência contra trabalhadores rurais. O objetivo da entrevista era obter informações sobre o conflito, o assassinato e a importância da memória nas lutas pela terra. Francisco autorizou a gravação e foi informado sobre a utilização de suas respostas em pesquisas acadêmicas.

As perguntas foram formuladas para aprofundar o conhecimento sobre as memórias e práticas cotidianas da vida na Fazenda. Alguns trechos transcritos já foram utilizados nos parágrafos anteriores. A seguir, serão apresentados trechos que falam sobre a memória e a luta na atualidade. Nesse contexto, Francisco Lan nos contou sobre as ameaças que seu pai sofreu e sobre sua morte:

Papai junto com os dirigentes da direção do sindicato e alguns técnicos do INCRA faz todo esse levantamento, buscando família por família, quem tinha e quem não tinha direito, quem tinha direito a pedaço de terra, quem era grileiro. Então assim, aqui o pessoal vinha e muitos eram para plantar e

---

<sup>11</sup> “Briga por terra em Cabo Frio tem mais um posseiro ferido”. *Jornal do Brasil*, 5 mar. 1978, p. 23.

muitos panhava para vender, para fazer turismo. Então papai fez esse levantamento [...] Então, aí ele fez esse levantamento, mas não conseguiu entregar. Ele fez esse levantamento e ai levar para Brasília, mas meu pai foi... O assassinato aconteceu e ele estava junto com esses documentos, e se perdeu esses documentos, que ele tinha e que a gente não teve direito, nem de ter esse papel. Poucas pessoas sabiam quem era, o nome dessas pessoas que tinha direito, que ele levantou. Não era todo mundo que tinha, até porque essa questão das ameaças, né? que meu pai sofreu ameaças desde o final dos anos 1970. E foi acontecer com ele, em 1988, né? Então, assim, levou quase 10 anos meu pai sofrendo esse tipo de ameaça. Todo pessoal da Federação na época sabia que isso ia acontecer, né? E foi... e acabou não... é... evitando, né?<sup>12</sup>

Ainda sobre as memórias, foi percebido que a permanência nesses locais era vista também, de acordo com esse caso, como parte da luta por justiça e igualdade, conforme aconteceu com a família Sebastião Lan, que continuou com a luta, preservando sua memória mesmo com o medo rondando a vida deles. Na entrevista, Francisco Lan mencionou que seus familiares pensaram em parar e ir para outro local, mas que ele sempre teve a certeza em continuar:

A mim... não. Aí me deu, realmente, aí que... porque eu já tinha participado de atividades e tal, aí entrei mais para dentro, entrei para direção do sindicato no mesmo ano, porque eu já tava afiliado. É... e aí foi onde... é onde eu estou hoje. Minha família ficou mais... é... não queria que eu me envolvesse no sindicato, nem no movimento dos sem terra, principalmente nas ocupações, essas coisas. Queria que a gente ficasse sossegado. Minha mãe sempre defendeu isso. Eu tive logo no começo, tentando resolver os problemas... ameaças.<sup>13</sup>

Francisco decidiu continuar no sindicato assim como integrou movimentos de luta pela terra:

Acontece eleição do sindicato, o presidente que assume não consegue nem terminar o primeiro mandato. Mas ele já tava no processo de articulação. Eu entro pro sindicato também e começa a disputa. Tivemos uma eleição tranquila, uma chapa só. No final de 89, o presidente que tinha eleito junto com a gente morreu, deu enfarto e faleceu, que era o Cicilio. Quem ia assumir... não exista essas questões de vice-presidente do sindicato. Existia

---

<sup>12</sup> Entrevista com Líder sindical Francisco Lan, Brasil, 3 set. 2024.

<sup>13</sup> Entrevista com Líder sindical Francisco Lan, Brasil, 3 set. 2024.

o secretário, o secretário pode assumir. Mas o cara não aguentou o rojão e se vendeu. Como eu tava na direção, a gente assumiu e começamos a bater de frente. E aí a gente teve um problema. Se... talvez se a gente tivesse ficado, teria morrido. Começamos a receber ameaças. Fomos segurando, segurando e isso chegou na minha mãe e aí o que o pessoal de fora do sindicato, da CUT do Rio, me pega, me tira eu de Cabo Frio e tira a gente da região. E aí foi um baque para minha mãe. Tinha acontecido em 88 e a gente sai de lá com aquele problema?! Foi meio complicado, mas aí a gente se organiza, volta e vem pra uma disputa e aí a gente ganha a eleição do sindicato, A gente disputou e ganhou a eleição do sindicato. Disputando com os caras que eram contrários ao projeto que nós tínhamos. Mas a gente conseguiu ganhar.<sup>14</sup>

No entanto, ele fala que as pessoas que eram contrárias ainda continuam por lá e até hoje tem esse problema. Isso se deve, segundo ele, porque muitas das pessoas que o pai lutou para retirar, ficaram e o INCRA não tirou essas pessoas e elas permaneceram no local. Esse caso, traz também outros dois motivos que fazem com que as famílias permaneçam mesmo perante a violência: a luta por direitos e o senso de comunidade e solidariedade. Segundo relato do filho de Sebastião Lan, no documentário da Prefeitura de Cabo Frio de 2021, os trabalhadores rurais da Fazenda Campos Novos compartilhavam entre si o que produziam, ajudando uns aos outros, criando assim vínculos entre si e com o local onde viviam.

Em momentos de festa, como o Natal e a quadrilha no mês de junho, a comunidade também se reunia. Parentes de outras regiões iam para a Fazenda Campos Novos e festejavam juntos. Quanto aos hábitos de compartilhar alimentos, ele disse que era um hábito frequente de pessoas da roça, mas que, acredita que hoje, é mais difícil de encontrar. Na entrevista, Lan falou que era possível ver quem eram os aliados. Que eles eram de dentro e de fora da comunidade, mas que no município eram poucos aliados que você podia realmente contar, pois as pessoas tinham muito medo, já que as ameaças eram constantes. Depois do assassinato do pai, muitas pessoas foram embora, porque elas tinham muito medo. Pessoas envolvidas no sindicato também estavam sendo ameaçadas e tiveram que sair. Ainda sobre os aliados, Francisco mencionou que havia movimentos de luta pela terra como CPT e MST que estavam presentes. Sobre a atuação deles em Cabo Frio:

---

<sup>14</sup> Entrevista com Líder sindical Francisco Lan, Brasil, 3 set. 2024.

A CPT existia, inclusive papai tinha ido na ALERJ falar das ameaças e articulou com a CPT. A CPT existia forte, tinha uma atuação muito boa no Rio de Janeiro. O MST surgiu em 84, mas, por problemas, não continuou.<sup>15</sup>

No documentário de Milton Alencar (1988), é mostrado também que a morte de Sebastião Lan mobilizou a sociedade com várias entidades participando de protestos e reuniões. Nos jornais também é possível perceber o assassinato trouxe luz para o caso, assim como o sentimento de revolta dos trabalhadores, segundo notícia do *Jornal do Brasil*<sup>16</sup>, com protestos dos trabalhadores rurais para o caso, assim como para a violência com os trabalhadores rurais sem-terra, conforme a *Tribuna da Imprensa*<sup>17</sup>. Foi feita uma reunião e os líderes de diversos movimentos como MST, Pastoral da Terra, dentre outros, e todos concordaram que havia a omissão da Secretaria de Polícia e do governo do Estado, que sempre foram notificados das ameaças, mas que nada fizeram. Em outra edição do jornal, no mesmo ano, eles falam que se os culpados não forem identificados e punidos, abrirá então uma oportunidade para uma impunidade sem precedentes.

A ampla divulgação do crime fez com que outras pessoas que não estavam naquele núcleo se indignassem com a situação de injustiça e pedissem a prisão dos criminosos, fazendo com que três mil pessoas participassem de uma manifestação. Diferentes grupos sociais fizeram pressão para que o caso fosse investigado. Entidades nacionais como Fetag, CPT e MST e internacionais como a Anistia Internacional, assim como partidos políticos acompanharam de perto, pedindo informações constantemente para que o caso fosse resolvido. Esse histórico fez com que fosse criada uma constituição para a criação do Instituto das Terras. Da mesma forma, para a investigação do caso uma equipe foi montada para resolvê-la mais rapidamente.

O fazendeiro Jamil Mizziara, assim como Zé Florzinha, um soldado da PM e outros envolvidos foram acusados da morte de Sebastião Lan. Na década de 1980, o tema da Reforma Agrária na fazenda foi bastante discutido devido a repercussão do crime. Em reportagens da época, o Secretário Estadual de Agricultura via a desapropriação da fazenda como a única saída, assim como os trabalhadores pediam a desapropriação das terras, que ocorreu de fato em 1982, mas o assentamento não. Por isso, foi cobrado o

---

<sup>15</sup> Entrevista com líder sindical Francisco Lan, Brasil, 3 set. 2024.

<sup>16</sup> "Morre em Cabo Frio líder sindical baleado há 5 dias". *Jornal do Brasil*, 11 jun. 1988, p. 30.

<sup>17</sup> "Morre líder rural". *Tribuna da Imprensa*, 11-12 jun. 1988, p. 9.

assentamento das famílias e a titulação definitiva das terras o quanto antes, já que a situação estava se agravando com mais ocupações.

Sobre o sindicalismo e os movimentos, ele também falou que o sindicato era voltado mais para a luta por direitos trabalhistas. No entanto, o MST buscou se reestruturar, porque o trabalho dele é fundamental na luta pela terra e as ocupações. Francisco Lan também participou do movimento:

Na reorganização da direção do MST, no estado do Rio, ela se deu a partir dos anos 1990, 1993. Eles me chamam e eu vou para coordenação nacional, aí eu deixo o sindicato, saio da direção do sindicato e vou para o MST, para reorganização do MST no estado. E aí eu percebi que o MST também tinha essa questão da luta, que era mais ampla do que eram as questões do sindicato. O sindicato é muito aquela questão do seu município, cuidar do seu município, né? E o MST não. É uma coisa que pensa mais, maior. Consegue pensar o estado, Brasil. Então fui para coordenação nacional do MST, fiquei por vários anos na direção, aí saí de Cabo Frio, fui para região. Fiquei um período, um ano no Tocantins, voltei para o estado do Rio. Organizamos a maior ocupação do estado do Rio de Janeiro, que foi o assentamento Zumbi dos Palmares. A gente dá a reorganização do MST e aí ela é o que é hoje.<sup>18</sup>

Como já mencionado, a violência persistiu mesmo após a morte de Sebastião Lan e de seus companheiros. No entanto, a memória e a pressão resultaram em importantes conquistas. Assim, ao ser questionado sobre a memória de seu pai e os trabalhos de conscientização, Francisco Lan compartilhou:

Foi criado há 6 anos atrás, por meio de uma lei municipal, a Semana Sebastião Lan, que todo ano acontece. A gente faz várias atividades com a Secretária de Agricultura, que funciona na sede da fazenda. Tem atividades, faz no STR e a gente tem feito voltando nas escolas. Já teve vários eventos na escola contando a história de Sebastião Lan. Estamos junto ao sindicato buscando, fazendo umas parcerias legais na troca de sementes. Com universidades também [...] Estamos tentando resgatar o passado e trazer pro presente para conhecer o outro lado.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Entrevista com líder sindical Francisco Lan, Brasil, 3 set. 2024.

<sup>19</sup> Entrevista com líder sindical Francisco Lan, Brasil, 3 set. 2024.

Ele diz que há dificuldades, pois muitas pessoas não querem se envolver. Muitos estão mais individualistas, querendo resolver somente seus próprios problemas. Não enxergam a destruição da agricultura familiar:

Mas a gente não desiste não. Sei que tá difícil, tá complicado. Mas a gente tenta, buscando formas. É, nós também passamos por um período onde o governo federal passado, não tinha essa questão de organicidade. De deixar o povo organizar. Principalmente pros agricultores, nada né? Então foi muito difícil! Então a gente espera que desse governo que já passou também um ano e meio, avançando alguma coisa, avançando alguma coisa, mas muito pouco. A gente espera dar retorno né? que a comunidade possa se envolver e mostrar que tem. Tem vários recursos que o governo federal tem e elaborar uns projetos que dá pra gente mobilizar. Eu acho que com os quilombolas a gente conseguiu buscar essa questão da cooperação, buscar, mostrando a união. Criamos a cooperativa dos quilombolas que pode fazer a venda direta com preço melhor.<sup>20</sup>

Outro desafio é quanto a participação das pessoas no sindicato dos trabalhadores rurais:

Nós estamos perdendo o assentamento. Hoje o sindicato tinha quase 2000 filiados. Os filiados continuam, mas participando não tem 100 pessoas do sindicato. É... o assentamento da Fazenda Campos Novos que existia, hoje, a gente não tem 150. Não acha. O governo federal passado foi difícil. Acabaram com o INCRA e o INCRA, as pessoas que estavam lá, começaram a fazer negociação com os lotes e aí foi criando loteamentos dentro do assentamento. A onde o assentado colocava condição pro cara, pro outro lá comprar e fazer loteamento urbano. Isso está acontecendo demais na Fazenda Campos Novos. Isso é um enfrentamento direto que a gente tá travando com isso. O governo passado deixou isso acontecer e foi acontecendo. Tá difícil, é difícil. Mas a gente não desiste, a gente segue na luta.<sup>21</sup>

Foi evidenciado que as ações de resgate de memória com o apoio da sociedade civil e de políticas públicas são importantes. A criação de leis específicas que reconhecem e valorizam essas iniciativas fortalece a memória coletiva e também promove a conscientização sobre as injustiças do passado.

---

<sup>20</sup> Entrevista com Líder sindical Francisco Lan, Brasil, 3 set. 2024.

<sup>21</sup> Entrevista com Líder sindical Francisco Lan, Brasil, 3 set. 2024.

## Considerações finais

A Fazenda Campos Novos, inicialmente pertencente à Companhia de Jesus e depois à Coroa portuguesa após a expulsão dos jesuítas em 1759, testemunhou conflitos por terra ao longo dos anos. Com o fim da escravidão em 1888, muitos ex-escravizados permaneceram na região, assim como trabalhadores rurais desempregados de outras áreas, como Sebastião Lan, que buscou melhores condições de vida. A convivência pacífica foi rompida na década de 1940 com a compra da propriedade por Antônio Paterno, conhecido por sua crueldade com os trabalhadores. Isso gerou um período de violências e expulsões, intensificado na década de 1950, quando a mídia começou a expor os abusos e a luta dos trabalhadores por seus direitos.

A Fazenda Campos Novos se tornou um símbolo de violência e luta pela terra após sua aquisição contestada por Jamil Cury Mizziara e Cesário Cury em 1961. Essa compra intensificou os conflitos com os posseiros, que enfrentaram destruição de plantações e assassinatos sem proteção estatal. As autoridades, em vez de mediar, muitas vezes se alinhavam aos grileiros, rotulando os trabalhadores como comunistas. Os trabalhadores buscaram alternativas, como o apoio da mídia, de políticos e a formação de um sindicato rural.

Todas essas estratégias de mobilização fizeram com que a Fazenda Campos Novos fosse desapropriada em 1982, mas mesmo assim ela continuou ocupada por grileiros, sendo um dos motivos para isso a demora do governo em legalizar os lotes. Segundo o *Jornal dos Sports*, em edição de 10 de junho de 1987<sup>22</sup>, o Incra deu as primeiras autorizações provisórias de ocupação da terra a cerca de 250 famílias de posseiros na Fazenda Campos Novos em Cabo Frio, assim como em outras fazendas do Rio de Janeiro em cidades como Parati, Trajano de Moraes etc. O *Jornal do Commercio* também publicou no mesmo mês outra notícia sobre essa distribuição provisória das terras, mencionando serem 400 famílias<sup>23</sup>. A demora fez com que os lavradores continuassem sendo ameaçados

---

<sup>22</sup> "Incrá dá mais 3 passos na Reforma Agrária". *Jornal dos Sports*, 10 jun. 1987, p. 10.

<sup>23</sup> "Na Ativa". *Jornal do Commercio*, 12 jun. 1987, p. 2.

de expulsão, o que gerou muitas críticas e, por isso, os assentamentos acabaram sendo realizados.

Quatro posseiros foram ameaçados de morte em 1990. Em maio de 1990, o Tribunal de Justiça decidiu inocentar o latifundiário Jamil Mizziara acusado de ter sido o mandante do assassinato de Sebastião Lan. Ainda nos anos 1990, em 1993, a sede da antiga fazenda foi desapropriada e municipalizada, mas mesmo assim a violência continuou.

Quanto aos quilombos, a história deles se mistura com a dos trabalhadores rurais sem-terra na luta pela terra. Essa luta é vinculada, pois os moradores desses territórios, descendentes de escravizados, tem uma relação próxima com a terra, de onde tiram seus meios de sobrevivência. Somado a isso, há a questão do racismo que impede a inserção desses indivíduos de forma efetiva na sociedade sem discriminação.

A história da Fazenda Campos Novos ilustra vividamente a resistência dos trabalhadores rurais frente às adversidades como a falha dos órgãos oficiais na gestão dos conflitos sociais. Enfrentando violência, perseguição e ameaças constantes, os posseiros se uniram em uma comunidade solidária, compartilhando recursos e apoiando-se mutuamente utilizando dos recursos disponíveis para divulgar o que acontecia e para continuar na luta por uma vida digna.

A persistência das lutas pela terra foi influenciada pela atuação de organizações como o MST e a CPT, que deram visibilidade ao assassinato de Sebastião Lan. As estratégias dos trabalhadores rurais e suas famílias foram fundamentais para a conquista do assentamento. Relatos da época, incluindo jornais, reportagens e documentários, mostraram que a resistência estava ligada à vida comunitária e às tradições dos trabalhadores. Durante a Ditadura Militar, a sensação de injustiça cresceu devido à violência e negligência, o que gerou mobilizações por reforma agrária. Apesar da continuidade da violência, a desapropriação da Fazenda Campos Novos e o assentamento das famílias representaram uma importante conquista.

## Referências

- ALENCAR JR., Milton. *Lan* [Documentário]. [S. l.]: [s. n.], 1988. 1 vídeo (21 min). Publicado pelo canal Fabricio Teló. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yBcMmc7u5PE>. Acesso em: 22 mai. 2025.
- ARRUTI, José Maurício Paiva Andion; TOSTA, A. & RIOS, M. *Relatório histórico, socioeconômico e jurídico sobre a comunidade negra rural de Preto Forro* (Cabo Frio – RJ). Relatório Técnico. Trabalho não publicado. Projeto Egbé-Territórios Negros. Rio de Janeiro: Koinonia, 2002.
- DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. *Revista Brasileira de História*, vol. 36, n. 71, p. 131-154, jan./abr. 2016. DOI: [https://doi.org/10.1590/1806-93472016v36n71\\_006](https://doi.org/10.1590/1806-93472016v36n71_006).
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: MORAES, João Q. & DEL ROIO, Marcos (orgs.). *História do Marxismo no Brasil* - vol. 4. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p. 211-248.
- NAZARIO, Gessiane. A Revolta do Cachimbo e a Luta Pela Terra no Quilombo da Caveira. *Trabalho Necessário*, vol. 20, n. 41, p. 1-19, jan./abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i41.52713>.
- NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- SAUER, Sérgio et al (orgs.). *Comissão Camponesa da Verdade – Relatório Final: violações de direitos no campo, 1946 a 1988*. Brasília: Dex-UnB, 2015.
- WELCH, Clifford Andrew. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). *Revista Brasileira de História*, vol. 36, n. 71, p. 81-105, jan./abr. 2016. DOI: [https://doi.org/10.1590/1806-93472016v36n71\\_004](https://doi.org/10.1590/1806-93472016v36n71_004).
- ZANGELMI, Arnaldo José. Terras marcadas: continuidades e descontinuidades na luta pela terra em Minas Gerais. *Topoi*, vol. 23, n. 51, p. 1013-1036, set./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X02305120>.
- ZANGELMI, Arnaldo José. Convergências, divergências e confrontos na luta pela terra: o processo de ocupações no Nordeste Mineiro (1985-1997). *Tempos Históricos*, vol. 21, n. 1, p. 230-260, 2017. DOI: <https://doi.org/10.36449/rth.v21i1.15698>.

---

Recebido em: 30 abr. 2025.  
Aprovado em: 14 mai. 2025.  
Aceito em: 25 jun. 2025.